

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.118 - MS (2019/0168333-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**RECORRENTE : T A DOS S (PRESO)**

**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**DECISÃO**

**THALYSON ARGUELHO DOS SANTOS** alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul**, que manteve a sua prisão preventiva no HC n. 1404673-80.2019.8.12.0000.

Informam os autos que o recorrente – indiciado como incurso nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 e em cuja residência a Polícia encontrou 32 gramas de maconha (fl. 160) – teve a preventiva decretada em 14/3/2019.

Neste *writ*, requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, por considerar inidônea a motivação adotada para converter sua prisão em flagrante em custódia preventiva.

**O pedido de urgência comporta acolhimento.**

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, verifico que o pedido formulado reveste-se de plausibilidade jurídica, sendo o caso de **deferir-se a medida de urgência**.

O Juízo de primeiro grau, ao decretar a prisão preventiva, assim fundamentou:

Autos n. 0000293-73.2019.8.12.0040

Ação: Pedido de Prisão Preventiva

Parte Ativa: Ministério Público Estadual

Parte Passiva: Everton Vinícius Perin Delgado, Luiz Fernando Esquenone Batista, Geovani Villalba Aguilera, Luis Eduardo de Souza, Armando Felipe Ramires Pereira, Lúcia Guerreiro e Thalyson Arguelho dos Santos

Vistos, etc.

O Delegado de Polícia Civil da 1ª Delegacia de Porto Murtinho-MS formula representação pela prisão preventiva dos investigados Everton Vinícius Perin Delgado, Luiz Fernando Esquenone Batista, Geovani Villalba Aguilera, Luís Eduardo de Souza, Armando Felipe Ramires Pereira, Lúcia Guerreiro e Thalyson Arguelho dos Santos, alegando que há fundadas razões da participação dos representados na prática dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e corrupção de menor.

Requer, ainda, que seja deferida busca e apreensão domiciliar nas residências de Lúcia Guerrero e Thalyson Arguelho dos Santos, situadas nesta cidade, além da busca e apreensão do veículo Volkswagen saveiro, cor preta.

É o relatório no essencial.

Decido. [...]

Da análise dos elementos trazidos aos autos, entendo presentes os requisitos autorizadores da medida, qual sejam, o *fumus comissi delicti*, consubstanciado na prova da materialidade e indícios suficientes de autoria e o *periculum libertatis*, evidenciado na garantia da ordem pública, conveniência da instrução processual e garantia da aplicação da lei penal.

Quanto aos indícios de autoria, estes vêm estampados através das declarações prestadas pelas testemunhas.

Primeiro, as testemunha Luiz Miguel Rolon Fretes e Odivaldo Gonzalez, foram unânimes em declarar que pessoa denominada como "chuck" também investigado por crime de tráfico de drogas em pedido diverso, utilizava-se de inúmeras pessoas para realizar o transporte e entrega de entorpecentes, entre elas a pessoa de Everton Vinícius Perin Delgado. Narrou que este efetuava o transporte da cidade de Campo Grande-MS para esta cidade através da empresa de ônibus viação Cruzeiro do Sul, sendo que, ambos os investigados, sempre viajam juntos para Campo Grande-MS.

Afirmaram, ainda que outra pessoa enviada à capital para buscar os entorpecentes era a pessoa de Luis Fernando Esquenone Batista, vulgo "pixuri". A testemunha Odivaldo, enfatizou, ainda, que Luis Fernando lhe entregava peças de moto que continham em seu interior substância entorpecente.

No mais, a testemunha Luiz Miguel relatou que Luiz Eduardo de Souza e Geovani Villalba Aguilera, são as

peessoas encarregadas de trazer maconha da cidade de Bela Vista-MS para Porto Murtinho-MS. Informou, inclusive, que já comprou drogas de Luiz Eduardo, em uma festa denominada como "social" que ocorria em uma pousada nesta cidade. Informou que os encarregados para a revenda da drogas trazidas por Geovani e Luiz Eduardo seriam as pessoas de Thalyson Arguelho dos Santos e Lúcia Guerreiro.

A testemunha Rosivaldo Goês Campos, por sua vez, declarou que Geovani e outra investigada Jamille, já recolhida cautelarmente em razão de outra representação, realizavam a venda drogas nas festas mencionadas acima. Rosivaldo em continuidade ao depoimento, mencionou a pessoa de Armando Felipe Ramires Pereira, como sendo uma das pessoas que freqüentavam a casa de Robson, vulgou "tiozinho", também já sendo investigado pelos mesmos fatos, para comprar grande quantidades de drogas para revender.

Frise-se, por oportuno, Luiz Eduardo de Souza e Geovani foram flagrados transportando substâncias entorpecentes e encontram-se presos preventivamente na Delegacia de Polícia desta cidade.

Em seguida, Rafael Acosta Ribeiro prestou declarações perante a autoridade policial, admitindo que efetuava a venda de substâncias entorpecentes para "chuck", indicando, ainda, a pessoa de Everton Perin como uma das pessoas que, de igual modo, revendiam as substâncias ilícitas. Corroborou, ainda, o fato de que Everton e "chuck" traziam as referidas drogas da cidade de Campo Grande-MS.

**Demais disso, conforme o contido à f. 09, houve a realização de denúncia anônima, na qual o soldado da Polícia Militar Luiz Henrique da Silva Ferreira, informou ter recebido uma denúncia anônima, que constava que Rafael Acosta estaria trazendo para cidade de Porto Murtinho substância entorpecente, cujo proprietário seria a pessoa de Thalyson e que na residência de Lúcia Guerreiro havia um ponto de venda de drogas.**

Outrossim, vislumbra-se as conversas realizadas entre os investigados, conforme as cópias anexadas às f. 30/35 e f. 50, além das demais provas colacionadas aos autos, as quais demonstram concretamente os indícios de que os investigados praticaram as condutas delituosas que lhes são imputadas.

**No que concerne ao chamado *periculum in mora* a justificar a prisão cautelar dos representados, também está presente. Isso porque, a segregação dos investigados se faz imprescindível para o sucesso das investigações no curso do inquérito policial, restando patente que a liberdade dos representados vêm a comprometer a ordem pública, na medida em que respondem por crimes de extrema gravidade e que por si só, se revelam uma grande ameaça à sociedade, além de embaraçar a identificação de pessoas ligadas ao verdadeiro esquema montado para a prática desta espécie de ilícito. [...]**

Diante do exposto, presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, com supedâneo no no art. 311, art. 312 e art. 313, todos do CPP, acolho a representação de f. 01/12, para o fim de DECRETAR a prisão preventiva dos investigados: [...] 7. THALYSON ARGUELHO DOS SANTOS [...].

Valerá a presente decisão com mandado de prisão preventiva/mandado de busca e apreensão. [...]

Porto Murtinho, 14 de março de 2019.

Penélope Mota Calarge Regasso

Juíza de Direito em substituição legal [...]. (fl. 85-88)

A Juíza de Direito mencionou apenas a gravidade abstrata do crime imputado ao réu, a existência de prova da materialidade e indícios da autoria, dados que não constituem elementos suficientes para demonstrar a acentuada periculosidade do acusado ou a maior reprovabilidade de sua conduta.

Segundo o decreto preventivo, "a segregação dos investigados se faz imprescindível para o sucesso das investigações no curso do inquérito policial, restando patente que a liberdade dos representados vêm a comprometer a ordem pública, na medida em que respondem por crimes de extrema gravidade e que por si só, se revelam uma grande ameaça à sociedade, além de embaraçar a identificação de pessoas ligadas ao verdadeiro esquema montado para a prática desta espécie de ilícito".

Portanto, tais elementos **atestam**, à primeira vista, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado, sobretudo em razão de o STJ, em casos similares, entender que, para submeter alguém à prisão cautelar, é cogente a fundamentação idônea, sob as balizas do art. 312 do CPP, a partir da indicação de fatos concretos, que demonstrem ter a

autoridade judiciária, efetivamente, analisado todas as circunstâncias do caso em comento.

Assim, concluo, a um primeiro olhar, ter havido **restrição à liberdade do recorrente sem idônea fundamentação**, o que impõe o deferimento do pedido de urgência, sob pena dessa prisão perder sua natureza excepcional e se transformar em mera antecipação da resposta punitiva à conduta.

À vista do exposto, **defiro a liminar**, para ordenar a soltura do recorrente, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, se efetivamente **demonstrada sua concreta necessidade**, ou de imposição de medida cautelar alternativa também suficientemente fundamentada, nos termos dos arts. 282 e 319 do CPP.

Comunique-se a decisão, **com urgência**, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau.

Dispensadas as informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Em tempo, corrija-se a autuação para fazer constar o nome da recorrida por extenso, uma vez que o segredo de justiça não abrange o anonimato do autor do crime.

Publique-se e intimem-se.

Brasília/DF, 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**